

Por que Baker pressiona Bresser

por Paulo Sotero
de Washington

Menos de 48 horas depois de seu encontro com o ministro da Fazenda do Brasil, na terça-feira passada, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker III, revelou publicamente o motivo que o levou a convidar Luiz Carlos Bresser Pereira a Washington.

Numa entrevista a Tom Redburn, do jornal Los Angeles Times, ele afirmou que o Brasil e seus credores privados precisam chegar a um entendimento, nas negociações marcadas para começar no próximo dia 25, ou os bancos americanos poderão ser forçados a contabilizar uma parte de sua carteira brasileira como perda.

"É importante que o Brasil resolva seus problemas com seus credores antes que os regulamentadores tenham de tomar decisões que não podem ser revertidas", afirmou o secretário do Tesouro, referindo-se à reunião que a Interagency Country Exposure Risk Committee (ICERC), a comissão que classifica os empréstimos dos bancos americanos a tomadores estrangeiros, tem marcada para o próximo dia 26 de outubro para avaliar o crédito brasileiro, entre outros. Os bancos americanos detêm cerca de um terço dos US\$ 70 bilhões da dívida de médio e longo prazo do País a credores privados.

"O que quero dizer é que depois que se bate um ovo é muito difícil separar a clara da gema", afirmou Baker, usando uma expressão intraduzível ao pé da letra para indicar que, se, até a reunião da ICERC, as negociações entre o Brasil e os bancos não tiverem avançado, a comissão poderá rebaixar a classificação do crédito brasileiro de "substandard" para "value impaired". Na escala de quatro classificações usadas nos EUA para sinalizar problemas no crédito dos bancos a clientes estrangeiros, "value impaired" é a terceira, sendo "perda" a quarta. Caso determine o rebaixamento do crédito brasileiro, a ICERC provavelmente ditaria aos bancos o provisionamento de uma reserva específica, que costuma ser de 10% da carteira no primeiro ano e 15% nos anos subsequentes.

Esta exigência forçaria os bancos a cancelar, em

(Continua na página 15)

Por que Baker pressiona...

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

seus livros, uma parcela dos empréstimos reclassificados, pois isso lhes habilitaria a receber um benefício fiscal que reduziria o impacto final da perda.

Segundo declaração atribuída pelo Los Angeles Times a "um funcionário do Tesouro", "será terrivelmente difícil para a ICERC deixar de reclassificar o crédito brasileiro como 'value impaired' nas atuais circunstâncias. As circunstâncias a que o funcionário se refere é a ausência de qualquer diálogo entre o Brasil e seus credores. Segundo um banqueiro citado pelo jornal, por ser a primeira a atingir um dos quatro grandes devedores da América Latina, a reclassificação do crédito brasileiro desencadearia "um ciclo descendente extremamente difícil de ser revertido".

A demora do Brasil em apresentar uma proposta aos credores já dominava, por exemplo, as preocupações do embaixador dos EUA em Brasília, Harry Shlaudeman, desde agosto. "É importante que o Brasil comece a negociar logo", disse ele a um visitante, no início do mês passado. "Não entendo por que não começam."

Essa era a principal mensagem que Baker queria transmitir a Bresser quando convidou o ministro da Fazenda para uma conversa em Washington. O convite ocorreu antes de o presi-

dente José Sarney anunciar, numa entrevista, que o Brasil reivindicaria uma conversão de metade da dívida em títulos de longo prazo a um desconto. Reforçada por declarações subsequentes feitas por Bresser, a proposta, que segundo as autoridades brasileiras diriam depois, não passava de uma idéia, foi tomada em Washington como uma tentativa de agressão ao sistema financeiro internacional e mudou o caráter do encontro Baker-Bresser, que se transformou numa oportunidade para o secretário do Tesouro reafirmar em termos taxativos a estratégia baseada em soluções convencionais que adotou para o problema da dívida (a questão da reclassificação foi tratada no encontro).

Ele tinha razões de sobra para não perder esta oportunidade de insistir na validade dos critérios definidos pelo chamado Plano Baker. Um agravamento das relações entre o Brasil e seus credores viria a complicar ainda mais um cenário já carregado de dificuldades e possibilidades aguçadas para a atual estratégia da dívida, que até agora colocou a maior parte do fardo da solução no ombro dos países devedores e não se revelou capaz de aliviar a crise.

"Baker tem uma situação delicadíssima para administrar", observou um executivo de um grande banco. A ascensão peronista na Argentina e a mais recente e sangrenta tentativa de golpe contra o go-

verno democrático das Filipinas empurram os líderes dos dois países a um natural endurecimento com seus credores externos, comentou ele.

A isso, deve-se acrescentar um ambiente econômico internacional dominado pela desaceleração do crescimento dos países ricos, pelo aumento do protecionismo e pela tendência alista das taxas de juro, que nega premissas básicas do Plano Baker. A subida da "prime rate" americana, que começou na sexta-feira passada e, segundo o consenso dos economistas, deve continuar, revela um aspecto novo da crise, de consequências potenciais gravíssimas. De acordo com vários especialistas citados pela imprensa especializada dos EUA, o último aumento da "prime" não foi uma resposta a pressões inflacionárias. Ele refletiu, primordialmente, a reação de Washington a uma brusca queda do mercado de títulos e sua preocupação de preservar o valor do dólar e, por conseguinte, a capacidade do país de segurar os investidores estrangeiros, sobretudo os japoneses, no mercado de Capéis do Tesouro; sem o que o próprio governo americano passaria a ter dificuldades de administrar a dívida externa — a esta altura de mais de US\$ 200 bilhões —, que acumulou desde o início do governo Reagan.

Por outro lado, a recente entrada dos EUA no clube dos países devedores tem estimulado os demais

países industrializados a contestar a liderança de Washington na condução de política econômica internacional. A determinação e a intensidade com que Baker desmontou o que acreditou ser uma proposta brasileira calculada para subverter o mercado financeiro internacional produziu resultados. "Ele conseguiu mudar o foco do debate, pois colocou os que pregam soluções alternativas para o problema da dívida na defensiva", comentou um observador de um organismo financeiro internacional.

Um sinal disso é o editorial que o Washington Post publicou, ontem, a propósito do encontro Baker-Bresser, para aplaudir os conselhos que o secretário do Tesouro dos EUA deu ao ministro da Fazenda do Brasil. "O Post, que vinha denunciando o esgotamento do Plano Baker e dando espaço crescente às idéias alternativas, assustou-se com a proposta de conversão de 50% da dívida, alardeada pelo Brasil, e recuou", acrescentou.

O Wall Street Journal, que sempre condenou as propostas heterodoxas, aproveitou a chance para ir em frente. Num editorial que reflete claramente posições do Tesouro americano, o jornal lembra que se o Brasil insistir em idéias que envolvem uma declaração de "default" sobre parte da dívida será isolado pela comunidade financeira internacional (leia íntegra nesta página).